

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal analisar a participação estratégica e sistemática de médicos brasileiros no aparato repressivo da ditadura militar (1964-1985). Tendo como base inicial os documentos do projeto *Brasil Nunca Mais* e da Comissão Nacional da Verdade (CNV), esta dissertação busca identificar e compreender de que diferentes maneiras estes profissionais de saúde contribuíram com seus conhecimentos técnico-científicos para o funcionamento e o aperfeiçoamento da repressão, em contrariedade ao Juramento de Hipócrates e ao código de ética profissional. A partir de visão ampliada do impacto da violência da ditadura sobre a categoria médica, a análise também descreve a perseguição a médicos, estudantes de medicina e cientistas da área da Saúde e aponta como médicos progressistas, organizados no Movimento Médico, integraram-se às lutas pela redemocratização do país, incorporando questões de direitos humanos a sua agenda corporativa. Apoiada também em entrevistas com Cecília Coimbra, Ivan Seixas, Laerte Vaz de Melo, Mauro Brandão e Paulo Gadelha, esta dissertação reconstitui como a conquista da direção das entidades médicas brasileiras possibilitou e impulsionou, nos conselhos de medicina, a abertura de processos ético-profissionais contra médicos acusados de envolvimento em graves violações de direitos humanos durante a ditadura. Destacando a aliança entre médicos progressistas e vítimas e familiares de mortos e desaparecidos na denúncia dos “doutores da ditadura”, ainda durante o chamado processo de abertura política, a dissertação descreve a atuação do médico dentro do aparelho repressivo, detalhando as tipologias mais comuns, do médico da tortura e do médico legista, e revelando a complexidade das relações entre medicina e violência política na ditadura militar.